

O eurocentrismo presente no currículo da educação nacional .

Matheus Silva Barradas^{1*}

Professor Orientador: Silvio Cezar de Souza Lima^{2*}

¹ Estudante do curso de Mestrado em Ensino do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES/UFF); ² Docente da Universidade Federal Fluminense;

matheusbarradas@id.uff.br

TIPO DE PROJETO: (x) PESQUISA () EXTENSÃO

Resumo

O texto aborda a evolução das políticas públicas voltadas para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Brasil, começando pela proibição de acesso dos negros às escolas públicas, estabelecida pelo Decreto nº 1.331/1854. Essa exclusão histórica impacta até hoje a população negra no país. O movimento por direitos educacionais ganhou força a partir de 1950, culminando em mudanças significativas nos currículos escolares nas décadas seguintes. A celebração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, também emerge como um importante símbolo de resistência.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que exige o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, é destacada como um marco essencial para combater o eurocentrismo nos currículos e promover uma educação intercultural. Em 2008, essa inclusão se estendeu à cultura indígena. O texto enfatiza que, apesar das conquistas legais, a implementação efetiva das diretrizes educacionais enfrenta desafios, como a persistente influência colonial nas estruturas acadêmicas.

Palavras-Chave: Desigualdade Racial. História e Cultura Afro-Brasileira. Políticas Públicas. Consciência Negra. Ensino.